

LEITE DERRAMADO

MARCELO DE PAIVA ABREU

Não há como atenuar as acusações de inépcia da ação governamental na área energética nos últimos anos. Embora tenha havido modesta contribuição de São Pedro para agravar o problema desde o início do ano, o rol de erros crassos é impressionante. A expansão da capacidade geradora de energia elétrica foi comprometida pela combinação da redução do investimento em projetos hidrelétricos com a indefinição quanto aos estímulos a investimentos, essencialmente privados, na geração térmica de eletricidade.

Em princípio, a estratégia seria usar a margem de manobra criada pela grande diferença entre a maturação de grandes projetos hídricos e termoeletrônicos, da ordem de três ou quatro anos. O problema é que o tempo passou e o governo não conseguiu montar sistema de incentivos e marco regulatório que assegurassem a atratividade do setor. E não se pode dizer que os problemas suscitados pela remuneração de capital estrangeiro investido na provisão de serviços públicos constituíssem novidade no Brasil, dada a importância da Light na primeira metade do século passado. Ainda menos justificável é o atraso nas obras de interligação de diferentes regiões (Sul-Sudeste, Norte-Nordeste). O que, entretanto, coroou a incompetência do governo foi ter permitido que se fosse tão longe no uso irresponsável das reservas de água em uma situação em que os estoques já se encontravam em nível alarmantemente baixo.

Há, portanto, evidência do efeito combinado de inépcia, indecisão e imprudência para explicar os erros da política energética. A insensibilidade do governo quanto à seriedade da situação é bem indicada pelas propostas ventiladas publicamente pelo Ministério das Minas e Energia, em meados de 2000, sobre a necessidade de limitar as importações de energia da Argentina, com base em uma pretensão política de substituição de importações energéticas. O governo pagou amargamente o preço de não contar com eficaz planejamento estratégico fora da área estritamente econômica.

Chorar sobre o leite derramado pode evitar que se derrame mais leite. O objetivo central no momento deve ser o de limitar os danos diretos e indiretos decorrentes dos erros anteriores. Embora seja possível minorar o impacto da crise, tudo indica ser realista prever pelo menos dois anos de restrições de oferta de energia elétrica. É irônico que o Brasil, depois de descobrir, após as crises do petróleo nos anos 70, as dificuldades de substituir o consumo de combustíveis por hidreletricidade, agora enfrenta o problema oposto, dramaticamente exagerado, de substituição de energia hidrelétrica por outras formas de geração de energia. Serão substanciais os custos gerados pelo racionamento de energia em termos de queda do nível de atividade, aumento de desemprego, maior pressão inflacionária e deterioração das contas externas. Poderão, entretanto, ser significativamente agravados por indevidas generalizações quanto à qualidade do processo decisório durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Se o governo foi inepto com relação a assuntos energéticos, não decorre automaticamente, como sugerem muitos de seus opositores, que tenha sido também inepto quanto a decisões sobre outras políticas também de importância crucial, especialmente no terreno estritamente econômico.

A crucificação do governo no quadro energético tem sido freqüentemente acompanhada de tentativas de críticas tendo como alvo prioritário a política de estabilização. Dada a notória

incapacidade de a oposição ao atual governo apresentar programas de governo alternativos que guardem contacto com o mundo real, a pioxotada energética caiu como um presente dos céus. É a confirmação desejada de que o Brasil vai mal por conta de um conjunto de políticas desastradas que tem sido adotadas desde 1993, especialmente a austeridade fiscal. Continuam envoltas na bruma as políticas alternativas que poderiam fazer com que o Brasil passasse a ir bem, embora haja sempre um clima de langoroso saudosismo quanto às boas velhas políticas de distribuição de incentivos com base em critérios discricionários. Ficou ainda mais tentador montar programas alternativos de natureza estritamente reativa, baseados apenas no repúdio às políticas adotadas desde o Plano Real. Isso é muito preocupante. É difícil imaginar trajetória sustentável de crescimento econômico no médio prazo sem a manutenção da essência da maior parte das políticas econômicas adotadas nos últimos anos quanto a ajuste fiscal, abertura comercial e privatização. O ideal seria que programas econômicos alternativos que servirão de base à disputa eleitoral de 2002 fossem elaborados levando em conta essas limitações. De outra forma, seriam mera ficção de orientação eleitoreira, sem condição de se transformarem em programas que possam ser implementados. A reorientação dessas políticas, em qualquer caso, estaria longe de assegurar desempenho econômico aceitável.

Não custa lembrar que o período final de adoção de políticas baseadas no desequilíbrio fiscal, na economia fechada e no controle estatal de setores cruciais da indústria e da infra-estrutura, nos anos 80, correspondeu ao pior desempenho da economia brasileira, pelo menos desde 1900. O maior infortúnio que pode ser gerado pela crise energética é a real ameaça às conquistas do programa de estabilização implementado desde 1993. Pior que a crise energética é a crise energética combinada com o recrudescimento da inflação.